

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 2

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL 2**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil 2 /
Organizador Rudy de Barros Ahrens. – Ponta Grossa (PR):
Atena, 2017.

427 p. : 3.440 kbytes – (Administração Pública; v. 2)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-41-7

DOI 10.22533/at.ed.4172609

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy de Barros.
II.Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....03

Eixo 1 Planejamento e Gestão Básica

Capítulo I

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE GESTORES PÚBLICOS

Dartagnan Ferreira de Macêdo, João Antônio da Rocha Ataíde e Antonio Carlos Silva Costa.....08

Capítulo II

ANÁLISE DE RESULTADOS OBTIDOS NA GESTÃO: POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO EM UMA UNIDADE DE ENSINO

Márcio de Souza Costa, Maria Conceição Melo Silva Luft, Alana Fonseca Oliveira, Maria Verônica Barbosa dos Santos, Rosimere Gomes de Sá e Valdenice Araújo Santos Lima.....23

Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA SOBRE CONTROLE SOCIAL: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA

Fernanda Rodrigues da Silva, Airton Cardoso Cançado e Waldecy Rodrigues.....39

Capítulo IV

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Hilda Alberton de Carvalho, Oséias Santos de Oliveira e Isaura Alberton de Lima.....55

Capítulo V

DISCUTINDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR

Cleber Roberto Souza, Leonardo Pinheiro Deboçã e Patricia Rosvadoski da Silva.....71

Capítulo VI

ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDO DE CASO SOBRE O GRAU DE SINERGIA NO PROCESSO DE GESTÃO

Carlos André Barbosa de Jesus, José Moreira da Silva Neto, Maria Odete da Silva e Osmar Siena.....87

Capítulo VII

ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Luciano Santos Magalhães e Mariluce Paes de Souza.....104

Capítulo VIII

INDICADORES DE QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Natália Talita Araújo Nascimento, Marlene Valério dos Santos Arenas, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....122

Capítulo IX

INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PUBLICIDADE: ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE DADOS DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PARA EFETIVO CONTROLE POR PARTE DE SEUS STAKEHOLDERS

Kamila Morandim Maidana e Thaisa Pase Machado.....138

Capítulo X

RELATO TÉCNICO: O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE FATURAMENTO DE UM ERP NA GESTÃO DE PROCESSOS VINCULADOS COM A HOTELARIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS

Kleber José dos Santos, Julio Marcel dos Santos e Bruno Moraes Silva.....154

Capítulo XI

AS TECNOLOGIAS DE GESTÃO APLICADAS NO SETOR PÚBLICO: UM ENSAIO TEÓRICO SOBRE DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE COMPETÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS

Camila Soléra dos Santos, Marcelo Ribeiro Silva e José Carlos de Jesus Lopes.....167

Eixo 2 Políticas Públicas

Capítulo XII

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Joyce Frade Machado, Geraldino Carneiro de Araújo, Danielle Bertolino de Macedo Verão e Maira Sônia Camacho.....179

Capítulo XIII

DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA CONFIGURAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

João André Nascimento Ribas.....195

Capítulo XIV

ENTRAVES À INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) POR MEIO DO MERCADO INSTITUCIONAL LOCAL
Jamila El Tugoz, Loreni Teresinha Brandalise e Edison Luiz Leismann.....210

Capítulo XV

INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO
Rita Cristina Fernandes Marena, Mariluce Paes de Souza, Janilene Vasconcelos de Melo e Theophilo Alves de Souza Filho.....226

Capítulo XVI

O COMBATE A CRIMINALIDADE EM DOURADOS/MS ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E A POLÍCIA MILITAR
Fernando Cezar Lisik Galvão e Eduardo Garcia da Costa Marques.....244

Capítulo XVII

O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA
Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira, Cláudio Zancan e Thiago Maia Macedo Nogueira.....260

Capítulo XVIII

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE QUANTITATIVA DA UFGD NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 2005 A 2015
Sandra Fernandes, Fernando Cezar Lisik Galvão, Danielle Krummenacher de Medeiros Lachi e Paulo Sergio Vasconcelos.....276

Capítulo XIX

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Luciana Peixoto Santa Rita, Maria Beatriz Oliveira da Silva e Andrew Beheregarai Finger.....292

Capítulo XX

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (ARS) NO PERÍODO 2004 - 2014: UM LEVANTAMENTO DO CAMPO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Donizetti Calheiros Marques Barbosa Neto, Diego da Guia Santos, Claudio Zancan e Maria Cristina Simões Barbosa.....307

Capítulo XXI

REGULAÇÃO EM SAÚDE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO AOS SERVIÇOS
Carla Werle e Thaisa Pase Machado.....322

Capítulo XXII

A FUNÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA DO CRAS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DO CREAS SOB O ÍNDICE DE JOVENS INFRATORES ENTRE OS PERÍODOS DE 2015 A 2016 NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC

Aline Perussolo, Micheline Ramos de Oliveira e Marco Antonio Harms Dias.....336

Eixo 3 Compras e Licitações Públicas

Capítulo XXIII

COMPRAS PÚBLICAS ELETRÔNICAS COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO NA INFRAERO

Andréa Cecília Soares Rosset, Diego da Guia Santos, Dartagnan Ferreira de Macêdo e Andrew Beheregarai Finger.....350

Capítulo XXIV

COMPRAS PÚBLICAS INTELIGENTES: UMA PROPOSTA PARA A MELHORIA DA GESTÃO DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Antônio Carlos Paim Terra e Eliseu Vieira Machado Jr.369

Capítulo XXV

DESEMPENHO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PRATICADAS PELO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL

Alan Carlos Cavalcante da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza, Alethéia Ferreira da Cruz e Simone Portella Teixeira de Mello.....385

Capítulo XXVI

PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: UM ENSAIO TEÓRICO

Anahí Delgado, Camila Soléra dos Santos, Pedro Henrique Sant'anna Rissato e José Carlos de Jesus Lopes402

Sobre o organizador.....413

Sobre os autores.....414

CAPÍTULO XVIII

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE QUANTITATIVA DA UFGD NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 2005 A 2015

**Sandra Fernandes
Fernando Cezar Lisik Galvão
Danielle Krummenacher de Medeiros Lachi
Paulo Sergio Vasconcelos**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE QUANTITATIVA DA UFGD NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PERÍODO DE 2005 A 2015

Sandra Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados-MS

Fernando Cezar Lisik Galvão

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados-MS

Danielle Krummenacher de Medeiros Lachi

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados-MS

Paulo Sérgio Vasconcelos

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados-MS

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a expansão da Universidade Federal da Grande Dourados, de 2005 a 2015, tendo em vista o contexto das políticas públicas do ensino superior público no Brasil, notadamente o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Para a análise será utilizada a variação quantitativa do número de cursos, vagas e matrículas comparado-as com as de outras universidades federais criadas no mesmo período que a UFGD. Assim, será possível identificar em qual patamar de crescimento a universidade se encontra considerando as políticas expansionistas no período. Por conseguinte verificou-se que analisando os números absolutos de crescimento das variáveis, é possível demonstrar uma evolução contínua e gradual no decorrer dos anos adotados para a pesquisa. Já sob a lente de comparação percentual de crescimento com outras instituições criadas no mesmo período, verifica-se que o desempenho da universidade não ocupa posição de destaque frente à maioria, que obteve taxas muito maiores de crescimento do que a UFGD.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas, Educação Superior, Expansão das IFES, UFGD, Reuni.

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que um bom nível de educação resulta em benefícios quando nos reportamos ao grau de desenvolvimento de um país. De acordo com o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos a educação ajuda a combater a pobreza e capacita as pessoas com o conhecimento, habilidades e a confiança que precisam para construir um futuro melhor (UNESCO, 2011). Assim, quanto mais escolarizado o trabalhador, maior a facilidade para absorção de novas tecnologias, que são a base do crescimento econômico nos dias atuais. No mesmo sentido, uma população escolarizada pode exercer mais plenamente os seus direitos políticos e de cidadania de uma forma geral. Rizzi (2009) comprova que a

escolarização também reduz os indicadores de criminalidade: a conclusão do ensino médio reduz significativamente a probabilidade de o jovem cometer crime contra as pessoas e o patrimônio.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Grande Dourados - PDI/UFGD (2013) no contexto de políticas de expansão do ensino superior do Brasil e apoiada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) é que está contida a UFGD. Foi criada sob a perspectiva de ampliar o acesso ao ensino superior na região da Grande Dourados delineada notoriamente pelo Programa Expandir, criado em 2006, com o objetivo de ampliar o acesso às universidades federais, através da interiorização, prevendo investimentos para criação de novas universidades e campi, beneficiando especialmente municípios no interior do país.

Ante o exposto, o objetivo deste artigo é analisar de forma concisa, mas com a devida profundidade, em um íterim de 2005 a 2015, a expansão da UFGD analisando dados quantitativos de criação de cursos, vagas e número de matrículas. Para uma visão sistêmica dessa análise evolutiva será confrontada a outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no intuito de comparar qual o nível de crescimento da UFGD, dentro dos três parâmetros selecionados, frente a estas universidades que estiveram nas mesmas condições temporais, econômicas e de políticas públicas voltadas à educação superior.

Assim, o estudo se justifica diante da necessidade, após a análise comparativa de dados, de se obter parâmetros que podem ser utilizados no planejamento estratégico da instituição principalmente na definição das diretrizes do futuro PDI/UFGD que estabelece metas e objetivos para elevar a qualidade do ensino superior no Brasil.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL

O crescimento e desenvolvimento de um país são diretamente influenciados pela educação de sua população. Segundo Castro (2006), a educação é necessária, embora não suficiente para o progresso, e não apenas a escolaridade média é importante, mas também sua distribuição. No Brasil, verifica-se uma enorme desigualdade na quantidade, qualidade e distribuição da educação, culminando em uma média de escolaridade muito baixa, limitando o desenvolvimento (CASTRO, 2006). Existe, assim, uma percepção de que o país não forma pessoas com as qualificações mínimas necessárias para o exercício da cidadania e para a inserção produtiva no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013).

Historicamente, a trajetória das universidades brasileiras é marcada pela garantia de privilégios a uma reduzida elite nacional, afastando-se do seu propósito enquanto política para justiça social, igualdade e democratização (SANTOS, 2009). O início da expansão do ensino superior se deu a partir da criação dos cursos

superiores por D. João VI (1808-1818), que não eram, no entanto, articulados no âmbito de universidades. No período do Império, os cursos e faculdades isoladas eram públicos e mantidos pelo Estado; posteriormente, com o advento da República, iniciou-se movimento de desoficialização do ensino, surgindo faculdades e esboços de universidades no âmbito particular. Algumas das principais universidades no Brasil surgiram com essas características, tais como a Universidade do Paraná, em 1912, de Porto Alegre, em 1934, entre outras, as quais foram posteriormente federalizadas (SAVIANI, 2010).

A demanda por vagas pelos jovens das camadas médias em ascensão, no início da década de 1960, foi atendida por meio da abertura indiscriminada, via autorizações do Conselho Federal de Educação, de escolas isoladas privadas. O ensino superior no Brasil apresentou um acentuado crescimento quantitativo, especialmente na década de 70, tendo como característica o aumento do número de instituições, matrículas, cursos e docentes (MARTINS, 2000). De acordo com Neves et al. (2007) ao longo dos governos militares (1964-1985), as políticas oficiais contiveram a expansão do ensino de graduação público e gratuito e permitiram a multiplicação dos estabelecimentos privados onde o ensino era pago, caracterizando, assim a primeira fase de forte expansão da educação superior no país.

Na década de 80, o ritmo de expansão diminuiu, quando o número de matrículas praticamente estancou, refletindo negativamente a carência de políticas públicas. No final dos anos 90 o ensino superior recuperou sua capacidade de crescimento, apresentando taxas de expansão média de 7% ao ano (MARTINS, 2000). Segundo Franco (2008), tal processo foi acompanhado pela ampliação de vagas e mudanças no perfil da população atendida, além do acentuado processo de interiorização e de regionalização do ensino.

Nesse contexto, a maioria das instituições de ensino superior estava no setor privado, que absorveu a demanda reprimida do ensino médio, a qual o ensino público não conseguiu suprir (FRANCO, 2008). De acordo com Martins (2000), em 1998, das 973 instituições de ensino superior no país, 78,5% delas estavam no setor privado, atendendo 62% do total de alunos de graduação. Estava caracterizada, assim, a segunda fase da expansão do ensino superior, iniciada em 1995, na qual houve uma verdadeira explosão de seu crescimento no Brasil (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006)

Nos anos 90, a crítica ao intervencionismo e o discurso de modernização e racionalização do Estado culminaram no enxugamento da máquina estatal (DOURADO, 2002). A reforma do Estado envolveu aspectos políticos, econômicos e administrativos, com o objetivo de aumentar a capacidade de governar e devolver a saúde e autonomia financeira para o Estado (BRESSER PEREIRA, 1998).

As recomendações para a educação superior à época, articulando, segundo Dourado (2002), a educação e a produção de conhecimentos através de uma visão economicista, englobam a privatização desse nível de ensino; o estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais; a aplicação de recursos públicos em instituições privadas; a eliminação de gastos

com políticas compensatórias, tais como moradia e alimentação; e, por fim, a diversificação do ensino superior.

Tais premissas geraram alterações substantivas na educação superior no Brasil, uma vez que redirecionaram a gestão, e as políticas públicas educacionais, em sintonia com esses novos preceitos. Após a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que trouxe à educação superior um conjunto de princípios que objetivavam a descentralização e flexibilização, diversos outros mecanismos legais foram implantados ou alterados no país, referentes ao ensino superior. Segundo Corbucci (2002), o Plano Nacional de Educação, encaminhado ao Congresso Nacional em 1997, estabeleceu diretrizes para a ampliação de vagas, tanto no setor público quanto privado, e para garantir a autonomia universitária, diversificando o sistema de ensino superior. Para viabilizar tais ações, estabeleceram-se metas de incremento no Crédito Educativo, além do incentivo aos cursos noturnos, sequenciais e modulares, aumento no número de professores mestres e doutores, e nos recursos destinados à pesquisa. Desencadeou-se, também, a revisão dos currículos dos cursos de graduação, com novas diretrizes curriculares, regulamentou-se a Educação à Distância, a qualificação de professores, entre outros.

O financiamento estudantil foi instituído pela Medida Provisória nº 1.827, em maio de 1999, que regulamentou o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Seu principal propósito é viabilizar o acesso ao ensino superior à população que não pode arcar com seus custos, selecionados por critérios de renda familiar e condições de moradia, ou seja, focalizando nos alunos mais carentes (CORBUCCI, 2007). Em 2010, as taxas de juros foram diminuídas, e a carência e o prazo para pagamento majorados, ampliando, assim, o acesso ao programa.

A expansão quantitativa é determinante para a democratização do ensino superior. No Brasil, no entanto, não houve melhoria nos mecanismos para reduzir a evasão, e a elitização do ensino ainda é grande, mesmo com investimentos públicos em políticas alternativas para diminuir tal desigualdade (FRANCO, 2008). O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi anunciado, em 2004, como medida para a democratização efetiva da educação superior brasileira. Seu texto final, a Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, prevê o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, através da concessão de bolsas pelas instituições, em troca de incentivos fiscais por parte do Estado, através da renúncia fiscal. O programa destacou-se por incluir políticas afirmativas, abrangendo também minorias de negros e indígenas (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

De acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), o PROUNI tornou-se um programa assistencialista que prioriza apenas o acesso ao ensino superior, porém não resolve o problema maior, que é a permanência do estudante até o fim do curso, ou seja, a evasão. Embora faça parte da chamada Reforma Universitária do governo da época, cujo objetivo é a democratização do ensino superior, o PROUNI contém características de um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. "Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização,

pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições" (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

De acordo com Michelotto, Coelho e Zainko (2006), o governo Lula adotou diversas medidas para expandir a oferta de ensino superior, especialmente as de caráter público, reconhecendo seu papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social. O Programa Expandir, criado em 2006, teve como objetivo ampliar o acesso às universidades federais, através da interiorização, prevendo investimentos para criação de novas universidades e campi, beneficiando especialmente municípios no interior do país.

Outro programa que também faz parte da Reforma Universitária é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cujo objetivo expresso é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com o propósito de reduzir desigualdades sociais no país. De acordo com o Ministério da Educação (2015), o Reuni promoveu medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações contemplam o aumento do número de vagas nos cursos, a ampliação de vagas em cursos noturnos, inovações tecnológicas e o combate à evasão. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

3. IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UFGD

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. Em Dourados, O CEUD - Centro Universitário de Dourados começou a funcionar em 1971 apresentando um elevado índice de crescimento, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

A partir ampliação das atividades de ensino, tornou-se necessário considerar a estrutura física como elemento importante na estratégia de crescimento dos campi. Isto porque, apesar do crescimento do campus da UFMS de Dourados e da criação da UEMS, instituída pela Lei Estadual nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, ambas instituições públicas não conseguiam atender à imensa demanda da região por ensino superior. Assim, em conjugação com essa necessidade, começou a ganhar corpo a ideia da constituição, em Dourados, de uma cidade universitária, voltada ao ensino superior público, gratuito e de boa qualidade. O projeto ganhou apelo da comunidade, das lideranças políticas de Dourados e das cidades vizinhas, e caminhou para sua plena concretização.

Assim, a expansão do ensino universitário público em Dourados poderia assumir sistematicamente a função, no contexto regional, de laboratório difusor de experiências de alta produtividade no país em termos agropecuários e agroindustriais, em busca de mercados nacionais e internacionais. Em razão disso,

o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS, 2000), por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em oito regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja cidade-polo é Dourados.

No mesmo sentido, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Grande Dourados - PDI/UFGD (2013), cria-se, então, em 2005, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG), a partir do desmembramento do Centro Universitário de Dourados. Houve, então, investimentos públicos em infraestrutura física e de pessoal, e na criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, com pretensões de incorporação do Hospital Universitário à estrutura da nova Universidade. Ainda segundo o PDI/UFGD (2013) a Instituição passa a se expandir consideravelmente com a sua inclusão no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ampliando seus cursos de graduação, de pós-graduação, o número de docentes e técnicos administrativos e a oferta de vagas para estudantes de todo o Brasil.

4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA UFGD E DAS UNIVERSIDADES CRIADAS NO MESMO ANO

Esta análise estatística leva em consideração aspectos relevantes dentro do processo de crescimento da UFGD. Busca-se os dados consolidados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) acerca do ensino superior no Brasil, no que diz respeito a cursos, matrículas e vagas de cursos de graduação oferecidos pelas instituições ao longo dos anos.

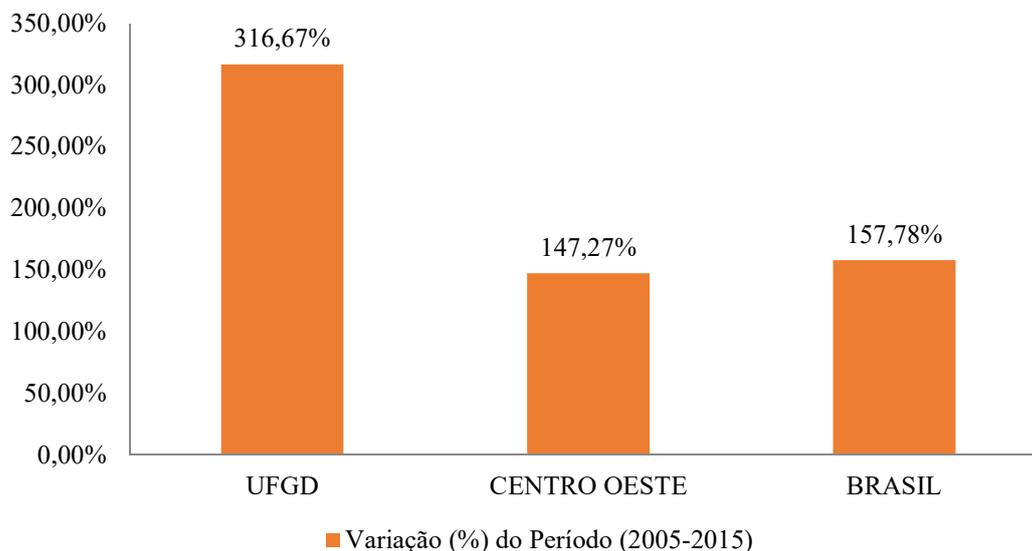
A interpretação que se faz dos dados apresentados neste trabalho é puramente analítica, ou seja, qualquer aspecto discricionário pertinente não pertence a este escopo.

A primeira característica que merece destaque é o número de matrículas feitas na UFGD desde o início de sua criação (2005) até o ano de 2015, com base nos dados da Sinopse do Ensino superior, divulgado pelo INEP (2015). A evolução do número bruto de matrículas na universidade no período estudado, onde é possível identificar um crescimento constante no número de matrícula no período. A instituição inicia suas atividades com 2901 matrículas em 2005 e evolui para 7409 em 2015 (INEP, 2015).

Tal crescimento no número de matrículas está associado ao crescente número de cursos que a UFGD disponibilizou durante este período. Observa-se que em 2005, quando iniciou, a UFGD possuía 12 cursos, que foram gradativamente aumentando, até chegar a 50 cursos ofertados no ano de 2015 (Tabela 1).

Na passagem do ano de 2008 para 2009, há uma elevação no número de matrículas, no ano de 2008, de pouco mais de 3000 para mais de 4000 matrículas no ano de 2009 (Tabela 3). Ao se analisar o crescimento de cursos na instituição

neste mesmo período (Tabela 1), é possível identificar que nesta passagem de ano de 2008 para 2009 há um aumento de 20 cursos para pouco mais de 30 cursos. Cabe apontar que a UFGD aderiu ao Plano de reestruturação e expansão das universidades federais, o programa REUNI, em 2008, a partir da aprovação de seu Plano Institucional (UFGD, 2009).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do INEP (2015)

Gráfico 1. Variação percentual do nº de cursos de graduação no período de 2005 a 2015, em relação a Região Centro Oeste e no Brasil

O Gráfico 1 representa a variação percentual no número de cursos da UFGD, comparando-a com a mesma variação na Região Centro Oeste e no Brasil. A UFGD se destaca, com uma variação de 316,67%, apresentando percentuais maiores em relação à região onde se encontra (147,27%), bem como o país como um todo (157,78%).

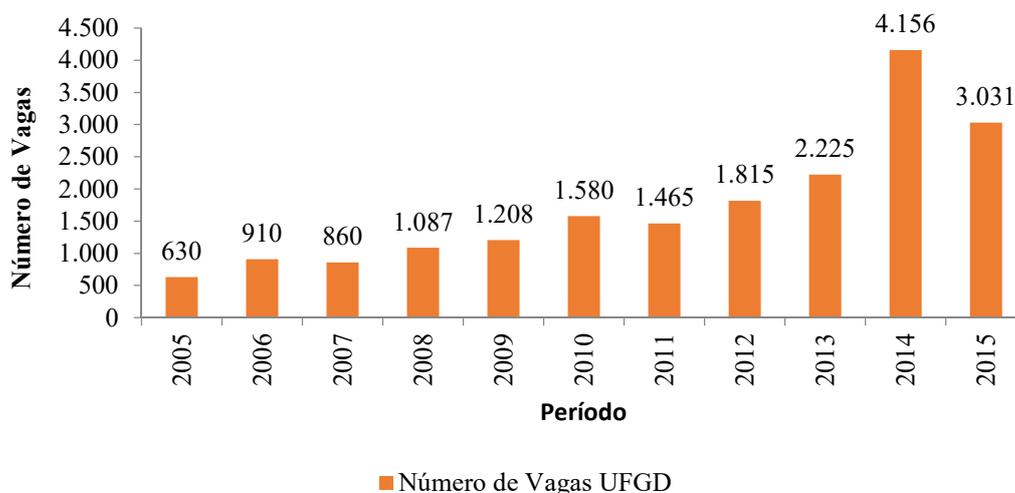
Em 2009, por conta da implantação do REUNI, houve um aumento significativo e generalizado em todas Instituições Federais de Ensino Superior do País (Tabela 3), fato corroborado com a análise dos dados da época, quando, no Brasil, houve um aumento de 30,52%, e na UFGD, especificamente, uma ampliação de 33,20% no número de matrículas.

O gráfico 2 representa a disponibilidade de vagas ofertadas pela UFGD ao longo do período. É possível observar que houve um aumento constante até, refletindo a expansão da universidade à época.

Nota-se que em 2014 há um incremento de vagas, destoando dos outros anos. Cabe apontar que nesse ano foram abertas 435 vagas com abertura de 5 cursos de graduação a distância, 360 vagas com a implantação de 6 novos cursos de graduação, 169 vagas com a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ampliação de 90 vagas, sendo 60 com a criação de nova turma no turno noturno e 30 vagas de ampliação de turma já existente (UFGD, 2015).

No ano de 2015, em função da greve, restou prejudicada a evolução do

número de vagas no segundo semestre deste ano (UFGD, 2016)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do INEP (2015)
Gráfico 2. Vagas disponibilizadas pela UFGD

Neste ponto, é importante comparar a evolução e desenvolvimento da UFGD com outras Instituições Federais de Ensino Superior. Para isso, foram selecionadas algumas instituições que também foram criadas no ano de 2005. As universidades pesquisadas são a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), todas elas com data de criação no mesmo ano da UFGD. A Tabela 1 representa os dados obtidos acerca do número de cursos ofertados por essas universidades (INEP, 2015).

ANO	UFGD		UNIFAL		UFTM		UFVJM	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%
2005*	12		6		3		8	
2006*	19	58,33%	10	66,67%	7	133,33%	18	125,00%
2007*	19	0,00%	14	40,00%	7	0,00%	18	0,00%
2008*	20	5,26%	15	7,14%	8	14,29%	18	0,00%
2009	32	60,00%	25	66,67%	17	112,50%	23	27,78%
2010	31	-3,13%	26	4,00%	24	41,18%	24	4,35%
2011	29	-6,45%	30	15,38%	24	0,00%	26	8,33%
2012	33	13,79%	35	16,67%	24	0,00%	37	42,31%
2013	41	24,24%	34	-2,86%	24	0,00%	39	5,41%
2014	48	17,07%	35	2,94%	29	20,83%	43	10,26%
2015	50	4,17%	35	0,00%	27	-6,90%	42	-2,33%

ANO	UFERSA		UFRB		UFABC		UTFPR	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%

2005*	4		4		0		71	
2006*	8	100,00%	15	275,00%	1	-	71	0,00%
2007*	10	25,00%	15	0,00%	1	0,00%	100	40,85%
2008*	12	20,00%	25	66,67%	1	0,00%	113	13,00%
2009	17	41,67%	28	12,00%	1	0,00%	110	-2,65%
2010	21	23,53%	33	17,86%	16	1500,00%	135	22,73%
2011	24	14,29%	35	6,06%	20	25,00%	147	8,89%
2012	31	29,17%	36	2,86%	20	0,00%	153	4,08%
2013	35	12,90%	41	13,89%	25	25,00%	149	-2,61%
2014	38	8,57%	44	7,32%	27	8,00%	145	-2,68%
2015	41	7,89%	48	9,09%	27	0,00%	143	-1,38%

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2015)

Tabela 01 - Número de cursos de graduação e variação percentual ano a ano, no período de 2005 a 2015

Observa-se que a Universidade Federal do ABC iniciou suas atividades sem uma estrutura prévia (UFABC, 2016), sendo que seu primeiro curso iniciou em 2006, chegando a 25 cursos em 2013. Uma vez que não é possível analisar a UFABC no mesmo período das demais, devido à particularidade de ter se iniciado sem estrutura prévia (cursos, vagas, matrículas), como critério, todos os gráficos a seguir dizem respeito apenas às demais universidades. Seus dados podem ser observados nas tabelas disponibilizadas para efeito de comparação.

Em 2005, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) passou a UTFPR (UTFPR, 2016), com 71 cursos, chegando a 149 ao fim do período, valores bastante desproporcionais se comparados com as demais instituições. Seus dados representam pontos fora da curva, e infere-se que as demais instituições começaram com uma média de 6 cursos e, chegaram a 2013 com uma média de 36 cursos.

ANO	UFGD	UNIFAL	UFTM	UFVJM	UFERSA	UFRB	UFABC**	UTFPR
2005-2015	316,67%	483,33%	800,00%	425,00%	925,00%	1100,00%	2600,00%	101,41%

**O período avaliado na UFABC é de 2006 a 2015

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2015)

Tabela 02 - Variação percentual do nº de cursos de graduação no período de 2005 a 2015

Analisando-se as Tabelas 01 e 02, percebe-se que, embora em números brutos a UFGD apresente bons resultados, o aumento no número de cursos foi proporcionalmente mais significativo nas outras universidades comparadas. A UFGD teve um aumento de 38 cursos no período, passando de 12 para 50 cursos oferecidos.

Já quanto às matrículas, temos os dados representados nas Tabelas 3 e 4.

ANO	UFGD		UNIFAL		UFTM		UFVJM	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%
2005*	2.901		1.320		727		1.393	
2006*	2.797	-3,58%	1.365	3,41%	729	0,28%	1.612	15,72%
2007*	3.029	8,29%	1.779	30,33%	896	22,91%	2.154	33,62%
2008*	3.208	5,91%	2.151	20,91%	1.053	17,52%	2.583	19,92%
2009	4.273	33,20%	3.437	59,79%	2.003	90,22%	4.204	62,76%
2010	4.408	3,16%	4.217	22,69%	2.967	48,13%	4.848	15,32%
2011	5.063	14,86%	4.957	17,55%	3.827	28,99%	6.852	41,34%
2012	5.709	12,76%	6.123	23,52%	4.611	20,49%	7.702	12,41%
2013	6.412	12,31%	6.346	3,64%	4.801	4,12%	7.084	-8,02%
2014	7.237	12,87%	6.481	2,13%	8.252	71,88%	8.252	16,49%
2015	7.409	2,38%	6.887	6,26%	5.427	-34,23%	8.384	1,60%

ANO	UFERSA		UFRB		UFABC		UTFPR	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%
2005*	1.018		622		0		11.136	
2006*	1.153	13,26%	733	17,85%	0	-	12.250	10,00%
2007*	1.438	24,72%	1.363	85,95%	1.012	-	11.794	-3,72%
2008*	1.693	17,73%	1.758	28,98%	1.954	93,08%	12.505	6,03%
2009	3.439	103,13%	3.550	101,93%	2.813	43,96%	13.044	4,31%
2010	4.185	21,69%	5.130	44,51%	4.200	49,31%	15.813	21,23%
2011	5.478	30,90%	6.243	21,70%	5.828	38,76%	18.468	16,79%
2012	6.095	11,26%	7.210	15,49%	6.571	12,75%	19.640	6,35%
2013	6.844	12,29%	8.444	17,12%	8.007	21,85%	21.247	8,18%
2014	8.025	17,26%	9.069	7,40%	9.580	19,65%	23.147	8,94%
2015	9.064	12,95%	9.700	6,96%	11.413	19,13%	25.785	11,40%

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2015)

Tabela 03 - Número de matrículas e variação percentual ano a ano, no período de 2005 a 2015

Dentre os critérios analisados anteriormente, no que diz respeito ao número de matrículas efetuadas durante os anos de 2005 a 2015, a UFGD parte de uma quantidade exemplar de matrículas iniciadas, abaixo apenas da UTFPR que, como já mencionado, iniciou-se com uma estrutura bastante completa. Já em 2005, primeiro ano de sua criação, a UFGD já contava com 2901 matrículas efetivadas. Em 2015, a UFGD já apresentava aproximadamente cerca de duas vezes e meia mais matrículas quando comparada com seu início, com uma variação de 155,39% (Tabela 4).

ANO	UFGD	UNIFAL	UFTM	UFVJM	UFERSA	UFRB	UFABC**	UTFPR
2005-	155,39	421,74	646,49	501,87	790,37	1459,49	1027,77	131,55
2015	%	%	%	%	%	%	%	%

**O período avaliado na UFABC é de 2006 a 2015

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2015)

Tabela 04 - Variação percentual do nº de matrículas no período de 2005 a 2015.

Conforme observa-se nas Tabela 3 e 4, o que se extrai destas informações são percentuais elevados devido a um início tímido de matrículas em 2005 e, uma quantidade expressiva em 2015. Por exemplo, tem-se a Universidade Federal de Alfenas, a qual inicialmente (2005) recebeu 1320 matrículas e, em 2015 já estava efetuando 6887 matrículas. Essa distância entre os valores iniciais e finais ocasionam uma variação elevada (421,74%) no período. A UFGD começa com uma quantidade elevada de matrículas (2901) e termina 2015 com um valor absoluto (7409), acima do da Universidade Federal de Alfenas. No entanto, destaca-se como apenas a segunda menor variação no período analisado (155,39%).

O mesmo mecanismo ocorre quando se compara o número de vagas oferecidas para cada uma das universidades, conforme as Tabelas 5 e 6.

ANO	UFGD		UNIFAL		UFTM		UFVJM	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%
2005*	630		320		140		410	
2006*	910	44,44%	520	62,50%	230	64,29%	680	65,85%
2007*	860	-5,49%	765	47,12%	320	39,13%	1.010	48,53%
2008*	1.087	26,40%	645	-15,69%	400	25,00%	1.010	0,00%
2009	1.208	11,13%	1.559	141,71%	960	140,00%	1.910	89,11%
2010	1.580	30,79%	1.564	0,32%	1.324	37,92%	1.970	3,14%
2011	1.465	-7,28%	1.499	-4,16%	1.324	0,00%	2.810	42,64%
2012	1.815	23,89%	2.492	66,24%	1.324	0,00%	2.960	5,34%
2013	2.225	22,59%	2.339	-6,14%	1.324	0,00%	2.110	-28,72%
2014	4.156	86,79%	2.785	19,07%	2.241	69,26%	3.744	77,44%
2015	3.031	-27,07%	2.608	-6,36%	4.643	107,18%	6.639	77,32%

ANO	UFERSA		UFRB		UFABC		UTFPR	
	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%	Nº	Δ%
2005*	310		180		0		3.614	
2006*	460	48,39%	620	244,44%	500	-	3.499	-3,18%
2007*	610	32,61%	620	0,00%	1.000	100,00%	3.733	6,69%
2008*	860	40,98%	1.260	103,23%	2.464	146,40%	4.041	8,25%
2009	1.390	61,63%	1.790	42,06%	1.500	-39,12%	4.940	22,25%
2010	1.770	27,34%	2.290	27,93%	1.700	13,33%	5.842	18,26%
2011	2.270	28,25%	2.330	1,75%	1.700	0,00%	7.712	32,01%
2012	2.840	25,11%	2.307	-0,99%	1.960	15,29%	6.805	-11,76%
2013	2.940	3,52%	2.635	14,22%	1.960	0,00%	7.110	4,48%
2014	4.751	61,60%	4.002	51,88%	7.247	269,74%	8.187	15,15%
2015	4.595	-3,28%	3.391	-15,27%	4.175	-42,39%	8.611	5,18%

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP (2015)

Tabela 05 - Número de vagas e variação percentual ano a ano, no período de 2005 a 2015

ANO	UFGD	UNIFAL	UFTM	UFVJM	UFERSA	UFRB	UFABC*	UTFPR
2005-	381,11	715,00	3216,43	1519,27	1382,26	1783,89	317,50	138,27
2015	%	%	%	%	%	%	%	%

**O período avaliado na UFABC é de 2006 a 2015 (2015)

Fonte: Sinopse da Educação Superior - INEP

Tabela 06 - Variação percentual do número de vagas no período de 2005 a 2015

Na análise sob a perspectiva do número de vagas percebe-se que a UFGD inicia na comparação com um número de vagas superior a quase todas as universidades o que faz com que sua variação percentual seja também menor do que as demais. Todavia em números absolutos de vagas a UFGD tem posição intermediária frente as demais. Destaca-se em variação percentual a UFABC, UFRB e UFTM respectivamente as que apresentaram maior variação de crescimento no período. Destaca-se aqui a queda no número de vagas e matrículas em várias universidades no ano de 2015, com percentual alavancado pela diminuição acentuada da oferta de vagas para a graduação à distância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, no período analisado, da criação da UFGD em 2005 até o ano de 2015, que houve um crescimento em todas as variáveis consideradas neste estudo, ou seja, cursos, vagas e matrículas obtiveram aumento tanto em números absolutos quanto em valores percentuais. Não menos importante é o resultado aferido quando se comparou a variação percentual dos números da UFGD com a Região Centro Oeste e no Brasil, tais como, por exemplo, o número de cursos, com uma variação de 316,67%, apresentando percentuais maiores em relação à região onde se encontra (147,27%), bem como o país como um todo (157,78%).

Em relação às vagas, pode-se afirmar que estas mais que quadruplicaram no período passando de 630 para 3031. No entanto, é importante destacar a redução no número de vagas em 2015, quando a redução da oferta de vagas para a graduação à distância foi significativa. Com isso, o número de matrículas, que vinha crescendo continuamente de forma acentuada, a taxas superiores a 10% ao ano, reduziu sua velocidade, aumentando apenas 2,38% de 2014 para 2015.

Mais adiante foi interessante comparar a evolução e desenvolvimento da UFGD com outras Instituições Federais de Ensino Superior criadas no ano de 2005, porém cada uma com sua especificidade. Isto fica claro ao analisar, por exemplo, a própria UFGD que iniciou suas atividades com uma estrutura de ensino, a princípio, mais robusta do que a de quase todas demais universidades. Em 2005 a UFGD já contava com 12 cursos, 630 vagas e 2901 matrículas, ou seja, número bem acima das demais ao analisarmos as tabelas e gráficos ante expostos. Este fato pode justificar a razão da UFGD não obter um patamar de destaque quando da comparação entre o aumento percentual nas três variáveis com outras universidades.

Por fim, analisando-se em números absolutos o crescimento das variáveis, é

possível demonstrar uma evolução contínua e acentuada no decorrer dos anos adotados para a pesquisa, a qual foi parcialmente freada a partir de 2014. Já sob a lente de comparação percentual de crescimento com outras instituições criadas no mesmo período, verifica-se que o desempenho da universidade não ocupa posição de destaque frente à maioria, que obtiveram taxas mais expressivas de crescimento. Não se pode olvidar, no entanto, que vários outros fatores podem ter influenciado os resultados, tais como região, nível de maturidade da instituição ao ser transformada em universidade, economia local, entre muitos outros.

Destaca-se aqui que foram feitas apenas análises quantitativas, sem utilizar critérios de mensuração de qualidade para as comparações. Assim, feitas as devidas observações, espera-se que este estudo possa ser utilizado sob perspectiva estratégica na UFGD, podendo, em estudos futuros, ser aprofundado a outros níveis de comparação, auxiliando no desenvolvimento da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 12.jul.2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em 12.jul.2015.

BRASIL. **Decreto nº 6096/2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília. 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 12.jul.2015.

BRASIL. **Reestruturação e expansão das Universidades Federais. Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 12.jul.2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 21-38.

CASTRO, C. M. Educação no Brasil: Atrasos, Conquistas e Desafios. In: TAFNER, P. **Brasil: O estado de uma nação**. 2ª Edição. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 03.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às

Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, 2006. 125-140.

CORBUCCI, P. R. Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 90: Ensino de graduação. **Texto para discussão nº869**, Brasília, Março 2002.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ.Soc.**, Campinas, vol.23, n. 80, Setembro 2002. 234-252.

FRANCO, A. D. P. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, n.4, jul-dez 2008. 53-63.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 12.jul.2015.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v.42, jul./dez. 2012. 161-192.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, Mar. 2000.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, 2006. Editora UFPR. p.179-198.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157.

SANTOS, B. L. P. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, Marília, 10, n.1, jan-jun 2009. 29-44.

SAVIANI, D. A. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, 8, n. 2, ago./dez. 2010. 4-17.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. D. M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, Set. 2013. p. 563-623. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12.jul.2015.

UFABC. **Criação**. UFABC. 2016. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17<e

mid=71. Acesso em: 23.out.2016.

UFGD. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. UFGD. Dourados. 2013. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/ADMINISTRACAO-UFGD/PDI%20UFGD%202013_2017.pdf>. Acesso em: 24.out.2016.

____ **Prestação anual de contas 2008**. UFGD. Dourados. 2009. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2009/1-%20Relatório%20de%20Gestão%20-%202009.pdf>. Acesso em: 23.out.2016.

____ **Relatório de gestão exercício 2014**. UFGD. Dourados. 2015. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2014/1-%20Relatório%20de%20Gestão%202014.pdf>. Acesso em: 23.out.2016.

____ **Prestação de anual de contas - exercício 2015**. UFGD. Dourados. 2016. Disponível em: [http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2015/RELATORIO%20DE%20GESTÃO%20-%20exercício%202015\(1\).pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EXERCICIO-2015/RELATORIO%20DE%20GESTÃO%20-%20exercício%202015(1).pdf). Acesso em: 23.out.2016.

UTFPR. **De escola de aprendizes à universidade tecnológica**. UTFPR. 2016. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>. Acesso em: 23.out.2016.

ABSTRACT: This article aims to analyze the expansion of the Federal University of Grande Dourados, from 2005 to 2015, given the context of public policies of public higher education in Brazil, notably the Program of Support for the Restructuring and Expansion of Federal Universities (REUNI). For the analysis will be used to quantitative variation in the number of courses, vacancies and enrollment compared them with those of other federal universities created in the same period as the UFGD. Thus, you can identify which level of growth the university is considering the expansionary policies in the period. Therefore it was verified that the absolute numbers analyzing growth of the variables, it is possible to demonstrate a continuous and gradual development over the years adopted for the survey. Already under the percentage growth compared lens with other institutions created in the same period, it appears that the performance of the university does not occupy a prominent position opposite the majority, who got much higher rates of growth than UFGD.

KEYWORDS: Public Politics, Higher Education, IFES Expansion, UFGD, Reuni.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-41-7



9 788593 243417